

CAPITULO 3 – A CIDADE DE BARCELONA: À PROCURA DO ESPAÇO PÚBLICO

Neste capítulo faremos uma análise sobre a problemática do espaço público na cidade de Barcelona, através de uma resenha histórica, procurando entender como se produziu o espaço público face ao denominado “Modelo Barcelona” e as estratégias de intervenção. Pretendemos igualmente analisar o estado actual do espaço público na cidade, dirigindo a análise a dois espaços públicos localizados em bairros específicos de Barcelona, que foram intervencionados segundo os pressupostos do “Modelo”. Analisaremos os indicadores e componentes que deram origem ao projecto, avaliando os elementos construtores que originaram a sua forma.

3.1. O espaço público na dimensão geral do objecto de estudo

Barcelona é uma cidade que conta com mais de 2000 anos de história. Uma cidade provinciana e marginal, pois nunca foi capital de uma monarquia ou estado importante. Esse carácter marca profundamente a sua concepção ao nível dos espaços públicos.

Como cidade onde não se vislumbrava nenhuma corte, não havia necessidade de ter espaços públicos, a única coisa que havia na Barcelona Medieval era a famosa Rambla, que fazia ligação ao mar (Figura 3.1). Não existia prática do espaço público. A cidade existia entre muralhas e de malha extremamente densa.



Figura 3.1 – Mapa de Barcelona Medieval (século XVI). Visível as muralhas que delimitavam a cidade e a Rambla que fazia a ligação ao mar.

Fonte: Ajuntament de Barcelona (1985). Inicis de la Urbanística Municipal de Barcelona. Mostra dels tons municipals de plans i projectes d’urbanisme 1750-1930. Corporació Metropolitana de Barcelona.

Entretanto, existe algo curioso, onde se entende que apesar de não haver uma manifestação pública dos espaços, as pessoas tinham necessidade de um contacto com o exterior, mesmo que o convívio fosse apenas familiar. Entre o séc. XVI e o séc.XVII, foi efectuado um levantamento dos espaços vazios da cidade, concluindo-se que a maioria eram pátios interiores das habitações unifamiliares, ou seja espaços públicos domésticos. Esta característica de espaços abertos interiores tem similaridade com a cidade árabe/medieval.

Na primeira metade do séc. XIX, no auge da revolução industrial, as cidades continuavam a ter um urbanismo medieval, ou seja, rodeado por muralhas e comprimidas pela instalação de indústrias recentes e com elas, uma expansão demográfica acelerada. A cidade de Barcelona não é alheia a esta situação. O facto das próprias muralhas e todos os terrenos exteriores à muralha serem militares, impediram que as novas indústrias se instalassem em torno às muralhas. Era totalmente proibido construir nesse espaço, tendo exclusivamente um uso agrícola. Desta forma, a instalação das indústrias, e com ela a expansão demográfica foram-se situar em municípios independentes, hoje bairros da cidade, tal como Sants, Sarrià, Sant Andreu e Sant Marti. A necessidade das pessoas comunicarem era muito grande, e assim foram nascendo uma série de vias novas que ligavam a cidade entre muralhas com as zonas industriais. Entre estas vias, destaca-se o actual Passeio de Gracia, que nesta época não só constituía uma via de comunicação, como também um verdadeiro lugar de encontro, de passeio, criando-se nas suas laterais jardins e zonas de recreio.



Figura 3.2 – Mapa de Barcelona. Anteprojecto da ligação da zona do Ensache de Barcelona e dos povoados agregados entre si e com o resto do limite municipal de Sarrià e Horta.

Fonte: Ajuntament de Barcelona (1985). Inicis de la Urbanística Municipal de Barcelona. Mostra dels tons municipals de plans i projectes d'urbanisme 1750-1930. Corporació Metropolitana de Barcelona.

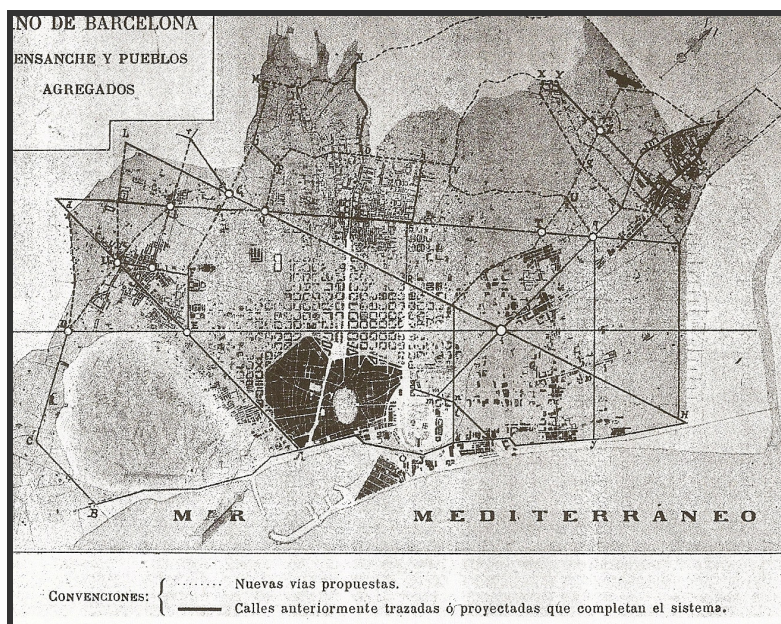


Figura 3.3 – Mapa de Barcelona. Proposta de novas vias de acesso entre a Barcelona Medieval e os novos bairros.

Fonte: Ajuntament de Barcelona (1985). Inicis de la Urbanística Municipal de Barcelona. Mostra dels tons municipals de plans i projectes d'urbanisme 1750-1930. Corporació Metropolitana de Barcelona.

A revolução industrial veio trazer novos usos, funções e estruturas diferenciadas à cidade. A concepção urbanística toma novos contornos e o espaço público ganha um novo conceito. A arquitetura das habitações é totalmente alterada, inicia-se um processo de verticalização e de densificação, mas muito concentrada. Hoje a cidade é quase desprovida de elementos arquitectónicos medievais, pois quase todos foram aniquilados.

Desta forma, a qualidade de vida urbana começa a deteriorar-se e a questionar-se a viabilidade do processo fruto da industrialização. O clero manifesta-se dizendo que o progresso estava a dissipar a qualidade de vida. Surge então aquilo a que chamam a corrente higienista¹ juntamente com o planeamento, como forma de conciliar o progresso com a qualidade de vida. No processo de higienização surgem os primeiros espaço públicos – os cemitérios, como combate à cólera.

Posteriormente, surge uma lei em Espanha que desapropria os bens eclesiásticos, ou seja, passa a haver uma cedência destes espaços para a burguesia liberal espanhola. Curiosamente esta lei foi aplicada pelo povo, que estava farto da igreja. Nesta mudança de atitude do povo relativamente ao clero, surgem as grandes manifestações que se esgotam em três períodos em que queimam quase todas as igrejas. Provavelmente este deve ser dos momentos da história de Barcelona mais significativo em termos de destruição arquitectónica e humana. O primeiro momento foi em 1835 e o último em 1909.

¹ Sobre o assunto ver COSTA, M. (2002). A Cidade e o Pensamento Médico: Uma leitura do espaço urbano. Mercator, Revista de Geografia UFC-Universidade Federal do Ceará, Ano 1, nº2.

Em 1850, Ildefonso Cerdá² faz o primeiro plano topográfico de Barcelona. Sente-se então algumas diferenças na estrutura da cidade, mas continua a não haver uma manifestação de espaços públicos. Com o processo de destruição das igrejas, Barcelona consegue uma proeza, que foi transformar estes lugares em espaços públicos.

Em 1859, surge igualmente pelas mãos de Ildefonso Cerdá um plano de planeamento urbano extraordinário, com uma visão estratégica com avanços inigualáveis para a época. O Plano de Extensão (*Ensanche*) de Barcelona é considerado a principal obra de Ildefonso Cerdá. A decisão oficial de derrubar as muralhas, em 1854, abre caminho para a transformação da cidade de Barcelona. Em 1855, uma comissão da qual Cerdá faz parte, inicia os estudos de um plano de extensão para a cidade. A comissão apresentará um ante-projeto, em Dezembro do mesmo ano.



Figura 3.4 – Barcelona. Plano de Extensão de Ildefonso Cerdá (1859). Visível a malha ortogonal e os dois grandes eixos diagonais.

Fonte: CERDÁ, Ildefonso (1991). *Memoria del Anteproyecto de Barcelona, octubre 1855*. In TCC. Cerdá & Barcelona (TCC.C&B). Madrid.ed.INAP y Ayuntamiento de Barcelona, vol.1.

O principal objectivo do plano foi o de aumentar a área total da cidade, permitindo sua expansão além dos limites da antiga muralha, e fornecer uma alternativa mais ordenada de ruas e quarteirões, em comparação à “dispersa” malha urbana do centro histórico de Barcelona. A contenção da cidade nestes limites havia aumentado grandemente a sua densidade e criado problemas de comunicação com o exterior. A sua proposta de espaço público era algo inigualável, propunha ruas entre os 20 a 60m de largura. Ildefonso Cerdá tinha como finalidade melhorar as condições de vida de toda a sociedade (por a sua ideologia higienista), assim como a fluidez dos transportes e mobilidade dos cidadãos. Às qualidades

² Ildefons Cerdá, nasceu na Cataluña, mas no período entre 1835 e 1841, deslocou-se a Madrid, onde se formou em engenharia de caminhos, regressando mais tarde a Barcelona, onde se estabeleceu em 1849. Participou activamente na vida pública, chegando inclusive a ser deputado em Cortés por Barcelona e presidente da Diputación de Barcelona. Em 1867 publicou a Teoria Geral da Urbanização, onde tentava solucionar os problemas da concentração demográfica das cidades e o seu desenvolvimento industrial (SAENZ RIDRUEJO, F., 1972)

visíveis do projecto somam-se aspectos invisíveis à primeira vista mas de grande importância, como a drenagem das águas pluviais, com uma concepção integral que abarcava tanto a construção inicial como a sua manutenção. A base do plano é um sistema de vias e quarteirões que se poderia estender indefinidamente, à medida que a cidade fosse crescendo. Cerdá cria uma hierarquia viária onde pequenas ruas "desaguam" em ruas maiores, que por sua vez "desaguam" em grandes avenidas. Para explicar este conceito hierárquico, Cerdá utiliza a analogia de pequenos rios desaguando em rios cada vez maiores e mais largos. Cerdá chama de *intervias* aos espaços entre o sistema viário. Os quarteirões, são os espaços contidos entre as vias. Assim, Cerdá reforça a noção de que quarteirões e vias formam uma estrutura única e inter-dependente.

O Plano é conhecido hoje principalmente pela sua representação gráfica com sua malha reticular característica. Esta, no entanto, é mal compreendida e vista como uma grelha simples, que se estende a partir dos limites da cidade antiga. O plano apresenta um sistema completo que distribui parques, indústria, comércio e residências de forma equilibrada. As avenidas principais formam estruturas que coordenam a expansão dos quarteirões. Os quarteirões, hoje preenchidos em todos os seus lados, foram idealizados como *quadras* abertas, que permitiam o maior fluxo de pessoas e de ar pela cidade, assim como poderiam ser preenchidos por áreas verdes.

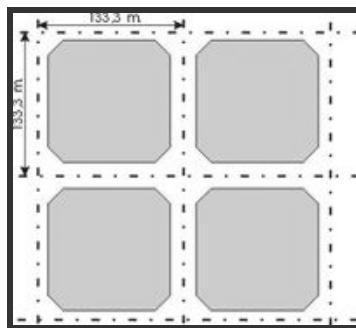


Figura 3.5 – Geometria do Ensanche. Esquema da malha urbana. Eixos e ruas.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki>.

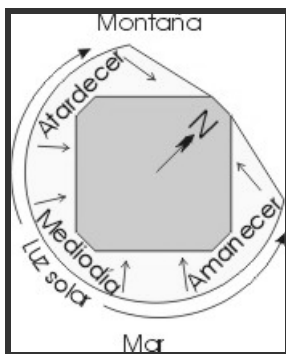


Figura 3.6 – Esquema da luz solar dos quarteirões.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki>

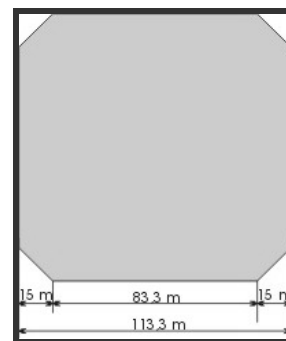


Figura 3.7 – Dimensões dos quarteirões padrão.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki>

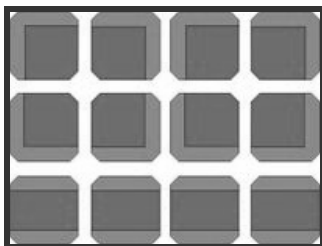


Figura 3.8 – Desenho e agrupamento dos quarteirões.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wik>

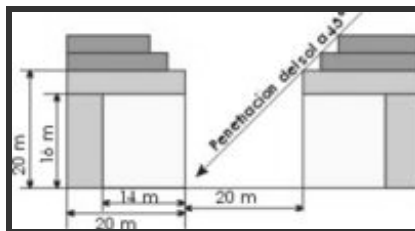


Figura 3.9 – Evolução da altura dos edifícios

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki>.

Cerdá considerou que os planos radiais como o de Haussmann em Paris ou os concêntricos de Ringstrasse em Viena fomentavam a congestão das cidades. O seu objectivo era a máxima homogeneidade do tecido urbano e uma boa conexão com o exterior da cidade, tanto ao nível rodoviário como marítimo e ferroviário. Contudo, o seu projecto foi discriminado pelos responsáveis municipais e por boa parte da burguesia barcelonesa. Acabou sendo imposto em 1858 pela administração central de Madrid (SAENZ RIDRUEJO, 1972).

Levou muitos anos a ser reconhecido o talento do projecto em relação a outros aprovados pela Câmara de Barcelona. Hoje em dia o *ensanche* de Barcelona está melhor adaptado ao tráfego rodoviário e à circulação pedonal que muitos dos bairros construídos depois da chegada do automóvel.

Tão importante quanto os desenhos é, também, o sistema teórico desenvolvido por Cerdá e apresentado na memória da proposta.

Os fundamentos teóricos do plano de Cerdá (CERDA, 1991) são os seguintes:

- A cidade funciona em torno do duplo conceito: *movimento e repouso*;
- A rua deve fornecer redes de infra-estruturas, permitir o transporte e possibilitar a melhor arejamento e iluminação das casas;
- O conceito de *inter-vias* representa a importância do quarteirão e do sistema viário na estrutura da cidade;
- O sistema de transportes é um elemento fundamental para o funcionamento da cidade;
- O plano deve possibilitar a extensão ilimitada da cidade;
- Deve haver a união entre a cidade antiga e a nova zona de extensão.

Curiosamente, o seu plano não foi considerado, sendo inclusive queimado. Só mais tarde nos anos 90 se consegue recuperar.

a) O período pós-franquismo

A terceira grande mudança nos espaços públicos na cidade corresponde ao período de democracia – 1974. Neste período, deu-se início a uma nova etapa de desenvolvimento da cidade; foi o princípio de uma nova condução estratégica. Em 1976, foi aprovado o Plano General Metropolitano, considerado o ponto de partida de todo o processo. Em 1979, foi criado o concelho democrático da cidade e, em 1980, a chave de mudança prendeu-se com a

substituição de Joan Anton Solans por Oriol Bohigas, como director do planeamento, e a incorporação de Josep A. Acebillo na sua equipa. A nomeação em 1986 para os jogos olímpicos foi outra importante chave de mudança.

Com base em todas as demandas anteriores e estudos efectuados durante o período de ditadura, Oriol Bohigas fortaleceu-se de uma base empírica de conhecimento que o fez desenvolver uma estratégia de planeamento e intervenção na cidade – hoje conhecida como o “*Modelo Barcelona*”. O objectivo de Bohigas era “ *monumentalizar a periferia, regenerar o centro*”.

Monumentalizar a periferia significava para Bohigas dotar de qualidade arquitectónica os subúrbios operários da cidade, mediante pequenas intervenções e a edificação de monumentos, distribuídos estrategicamente, por ser seguro que essa nova presença aumentava a qualidade do espaço público, e com isso, potencialmente, a qualidade de vida dos seus utentes” (BALIBREA, 2003: 35).

Segundo Esteban i Noguera (1999:113):

“in the city Project which is found behind the practical projects we can identify two different but complimentary streams. Those whose subject is public space, which range from the small squares and streets to the general systems of the city and the region, where what we can public works are developed, and those which are concerned with the development and building of plots of land and which provide the volume of the urban make-up, where the work of private operators is of prime importance.”

3.1.1. Os pressupostos de espaço público em Barcelona

As mudanças sociais, políticas e económicas a que a cidade de Barcelona foi exposta durante a última década, geraram um fraccionamento muito forte ao nível do espaço público. Não existia uma relação entre o carácter do espaço público e o papel urbano que este tem que representar. Isto gerou uma certa visão parcial nas obras realizadas em Barcelona alguns anos atrás, à parte de que não havia um instrumento de planeamento urbano eficaz e que tivesse uma visão integradora da cidade. Qualificaram-se projectos atendendo à presença ou não de determinados elementos configuradores – o verde – e não se analisou a coerência entre a solução tipológica e o papel urbanístico (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1992).

A cidade que se encontra antes do Serviço de Projectos Urbanos, criado em 1981, é uma cidade desarticulada, onde a maioria dos espaços que escaparam aos processos especulativos dos anos precedentes não eram mais que “buits” urbanos. O único plano que existia e que de alguma forma salvaguardou alguns espaços públicos foi o Plano Geral Metropolitano. Este reunia alguns aspectos importantes e conseguiu manter alguns limites na absorção de espaço público. Segundo Bohigas (1986:11-12) este plano:

“[...] permitiu importantes reservas de solo e equipamentos, propôs um equilíbrio de usos e densidades que inclusive provocou algumas mudanças de signo no crescimento da especulação; estabeleceu um sistema de ordenações e critérios no uso e na forma, com a intenção de substituir a primazia do zoning e dos standars quantitativos por um processo de localização e formalização que supera timidamente as possibilidades do plano e inicia uma intenção de projecto, que responde às exigências de uma coordenação territorial de maior escala, atendendo à relação centro-periferia, no âmbito metropolitano”.

Actualmente, o espaço público como estratégia urbana terá sido a carta de apresentação de Barcelona no debate sobre o urbanismo actual, mas é justo dizer que antes

muitas outras cidades europeias tinham adoptado esta estratégia. Para Borja (2003:79), a estratégia do espaço público parte de três considerações:

- a) A cidade é espaço público, é o elemento ordenador, a cidade começa e expressa-se mediante o espaço público;
- b) O espaço público tem um valor funcional (relacional), cultural (simbólico) e cívico-político (representação e expressão da colectividade);
- c) O espaço público tem capacidade transformadora sobre os seus entornos, o físico e o social, que pode qualificar ou desqualificar.

A consideração do espaço público segundo os contributos de Borja, estiveram na base de reconstrução de uma Barcelona contemporânea, que através do planeamento urbano conseguiu fixar uma tipologia de cidade de elevada competitividade internacional.

A transformação pela qual passou Barcelona, de uma cidade de importância regional, cuja economia era baseada na indústria, para uma metápolis³ efervescente com um enorme poder de atracção, não foi casual, mas fruto das políticas públicas e culturais adoptadas nos últimos 25 anos. O chamado “Modelo Barcelona” é considerado um marco nas transformações urbanas do século XX e uma referência em boa parte do mundo ocidental, especialmente na América Latina (MARTI, 2006)⁴.

Barcelona é hoje uma urbe pós-moderna, seguindo o modelo dos reordenamentos do capitalismo global nos últimos trinta anos, que mudaram a sua situação geopolítica e a sua projecção internacional

O fim da produção industrial como motor económico, político, social e cultural da urbe, devido à sua deslocação maciça para zonas da Ásia e para as periferias menos desenvolvidas, mas mais vantajosas para o capital, dá lugar ao reordenamento urbano que conhecemos com o nome de cidade pós-industrial (BALIBREA, 2003). A entrada na comunidade europeia da Espanha, também constitui um ponto de viragem na cidade de Barcelona, assim como as correntes migratórias intensas.

No contexto da política urbana e do planeamento municipal durante a segunda metade do séc. XX, Barcelona assume dois momentos distintos que vão influenciar em muito a (re)estruturação e (re)produção do espaço urbano. Na sua pesquisa de doutoramento, Sergi Martínez i Rigol (2000) refere que o primeiro medeia aproximadamente de 1960 até 1975 e que o segundo vai desde 1975, até o ano de 2000. Três razões principais argumentaram e justificaram esta divisão temporal, em primeiro lugar, as mudanças no regime político do Estado espanhol, segundo a criação de uma nova legislação em matéria de urbanismo, e finalmente a criação de novas figuras de planeamento.

³ Metapólis é o nome de um grupo fundado em 1998, em Barcelona, do qual fazem parte Vicente Guallart, Willy Müller, Manuel Gausa. Segundo Müller, um dos fundadores do Grupo Metápolis, ele é “fruto de um momento da cidade de Barcelona, entre o êxito dos Jogos Olímpicos e a indefinição de um novo evento internacional, como o Fórum Mundial da Cultura. (...) Nós temos buscado, de forma aberta e sempre como *work in progress*, explicar essas profundas transformações que fazem com que a sociedade avance na mudança do seu sistema e que nós, que trabalhamos construindo o mundo físico, devemos compreender. É o caso, como define muito bem Guallart, de uma mudança no sistema operacional” (Entrevista a Eduardo Pasquinelli em: http://www.vitruvius.com.br/entrevista/muller/muller_2.asp).

⁴ Palestra proferida no dia 14 de Março de 2006 por Jordi Martí – Sub-diretor-gerente do Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, professor de gestão cultural nas universidades de Barcelona e Pompeu Fabra e coordenador do plano estratégico da capital catalã de 1996 a 1999.

Mas 1975 vai ser um ano de viragem crucial em matéria de planeamento urbano. Como refere o mesmo autor (MARTINEZ i RIGOL, 2000:124):

"[...] a partir de 1975 es va iniciar un període de canvi: en les bases teòriques de l'urbanisme la concepció historicista de la ciutat es va encetar a la dècada dels vuitanta; el canvi de règim polític es va concretar amb l'aprovació de la constitució el 1978 i les primeres eleccions municipals democràtiques del 1979, a més de l'aparició, ja des de principis de la dècada de 1970, de formes de participació social directa en el planejament, i de denúncia i reivindicació; i les noves legislació i figures de planejament es va concretar amb la nova llei del sòl aprovada el 1975 i els plans generals i parcials que s'aprovaren als municipis espanyols a partir d'aleshores".

Podemos considerar que esta não é somente uma mudança ao nível de Barcelona, ou de Espanha. Em Portugal, no mesmo período assiste-se a uma mudança nas bases de planeamento urbanístico, consequência da revolução de 25 de Abril de 1974. Houve sempre acontecimentos que mudaram as políticas de planeamento, mesmo em contextos políticos e temporais diferenciados. Giuseppe Campos Venutti (1989), arquitecto italiano, analisa estas mudanças partindo de um estudo sobre o urbanismo italiano, definindo assim três gerações, que deram origem a três tipos de planos para enfrentar problemas urbanos diferentes. Juan Antonio Acebillo (1998) sintetiza a nível europeu a partir das ideias de Campos Venutti, três momentos:

La Primera Generació, iniciada immediatament después de 1945, tracta de «reconstruir» els teixits urbans malparats o destruïts per causa de la guerra. La Segona Generació, entre els 50 i els 70, a cavall del desenvolupament, tracta d'expandir la ciutat tot «urbanitzant» el camp proper (periferia) i coincideix amb el període de creixement urbà. La Tercera Generació, a partir dels 80, tracta de «transformar» la ciutat que en resulta, tanta l centre com a la periferia, i intenta cosir, apedaçar i millorar els espais urbans amb operacions més qualitatives que de creixement (ACEBILLO, 1998:97).

O ano de 1975 corresponde em Barcelona ao fim do franquismo (1939-1975)⁵ e isso explica a grande viragem, não somente ao nível político e urbanístico mas também cultural. Como refere Balibrea (2003), com o final da ditadura, em 1975, e mais especificamente desde a chegada ao poder municipal do Partido Socialista da Catalunya, em 1977, as políticas culturais converteram-se no motor central de regeneração da cidade. Estas surgem como o motor de integração da comunidade local, transformando-a em parceiro e presença visível das políticas urbanas. Necessariamente que isto se traduz ao nível urbano, na política de espaço público, pois surgem as grandes obras arquitectónicas, como museus, que absorvem o espaço público e concentram o olhar no seu poder impositivo, sem que a população se dê conta que lhe estão "roubando" o seu espaço.

Jordi Marti (2006) identifica três períodos distintos a partir do fim da ditadura franquista (1975). São eles, os anos 80, os anos 90 e a transição para o século XXI, momentos que ele denomina "Felices Ochenta", "La transformación de los 90" e "Que viene els. XXI!!". Entre 1975 e meados dos anos 80, Barcelona viveu uma fase de euforia: a identidade catalã foi resgatada em toda sua plenitude, as tradições e as festas foram recuperadas ou reinventadas num movimento atávico. A ocupação das ruas e demais espaços públicos como espaço de celebração e encontro marca todo este período. Com a autonomia relativa garantida, o passo

⁵ CAPEL, Horacio (2005a). *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Ediciones del Serbal, Barcelona.

seguinte foi a estruturação política e o fortalecimento das instituições locais. Este é sem dúvida o grande período de viragem na política de espaço público.

Esta nova fase de planeamento da cidade democrática de 1980, tal como refere Juli Esteban i Noguera (1999), tomou forma numa série de ideias e projectos parciais, com a participação de vários actores e com diferentes referências contextuais e objectivos específicos durante todo o período. Estes projectos, com inserção principal na intervenção de espaço públicos, foram a base de construir a cidade. A requalificação urbana, que tinha como principal indutor a melhoria dos espaços públicos, foi um princípio extensivo a toda a cidade, especialmente à cidade periférica. Uma série de actuações concretas, que pretendiam ser o foco regenerador do seu entorno, com a certeza que este processo teria resultados mais imediatos e radicais que o planeamento sistemático a grande escala. Um certo urbanismo de oportunidade era obrigatório, sobretudo pelos momentos de crise económica anteriormente vividos com o desaparecimento de indústrias e serviços. Contudo, isto vai permitir a recuperação de espaços públicos importantes, como o Escorxador, a Espanha Industrial, Renfe-Meridiana, a Pégaso, o Clot, etc. (CÁCERES & FERRER, 1993).

A política de intervenção inicial foi a qualificação de espaços públicos existentes e a construção de novos. Tal como refere Martorell, em entrevista realizada, não existe um modelo constituído mas sim um projecto ou um conjunto de ideias que se foram desenvolvendo, e que necessariamente se manifestaram nas intervenções do espaço público, sobretudo em praças, ruas, parques, jardins e avenidas.

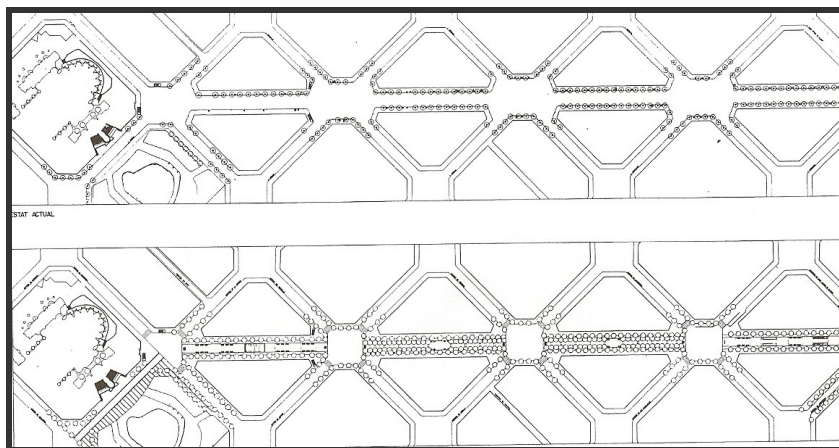


Figura 3.10 – Avenida de Gaudi (Barcelona). Primeira proposta de intervenção, que pretende vincular zonas específicas da cidade e formar uma estrutura contínua ao nível da traça urbana. As intervenções realizadas pretendiam dar uma certa leitura unitária da cidade e dotar de continuidade urbana às zonas mais destruídas. A reurbanização da Avenida de Gaudi como primeira intervenção, já continha o carácter programático desta vontade estruturadora.

Fonte: CÁCERES, Rafael de; FERRER, Montserrat (1993). *Barcelona – espai públic*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.

Este modelo de planeamento continuou a dominar até aos anos de 1990, sendo que a partir de 1992, a escala de intervenção mudou, para as grandes intervenções. Segundo

Cáceres & Ferrer (1993:15): “Des de 1982 fins a 1992 s'hauran recuperat més de dues-centes hectàrees de parcs, de les quals cent deu corresponen a l'operació olímpica”.

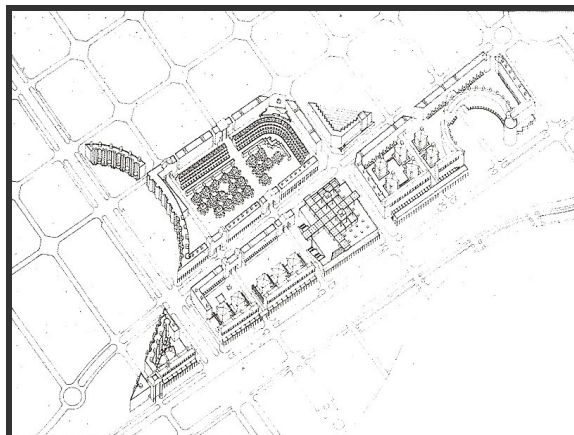


Figura 3.11 – Axonometria da Vila Olímpica.

Fonte: BOHIGAS, Oriol. (1986). *Reconstrucción de Barcelona*. Monografías de la Dirección General de Arquitectura y Edificación (MOPU). Madrid.

Desde o início dos anos oitenta até 1992, ano em que se realizaram os jogos olímpicos, três factores condicionaram a relação com o espaço público. A liderança pública aparecia projectada de forma clara no espaço público, assim como os projectos para a cidade. O objectivo destes, eram tão claros como as competências necessárias. Os programas eram participados e aceites socialmente e padeciam de uma boa interacção com o capital privado que aceitava a liderança pública. Contudo, após os Jogos Olímpicos, estas condições mudaram, pois a escala de intervenção na lógica da cidade capitalista tinha que aumentar para conseguir dar resposta ao processo pós Jogos Olímpicos.

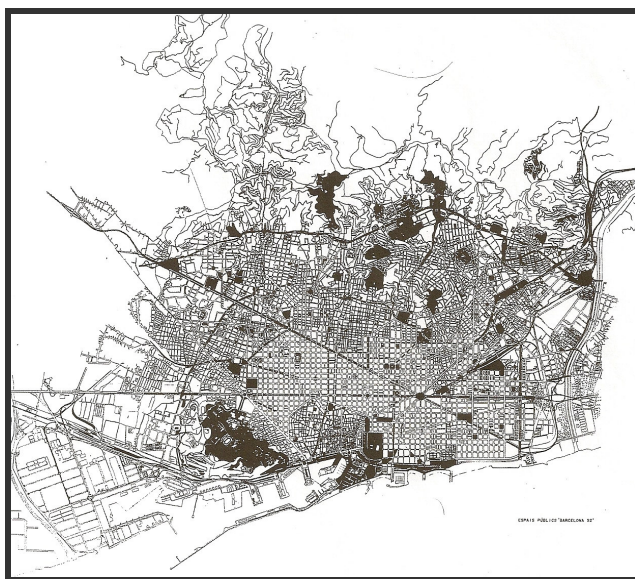


Figura 3.12 – Plano dos espaços públicos de Barcelona até final de 1992.

Fonte: CÁCERES, Rafael de; FERRER, Montserrat (1993). *Barcelona – espai públic*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.

Segundo Borja & Muxi (2003b), a estratégia política para os espaços públicos assentava numa série de acções, entre as quais se destacam:

- Abertura das ruas para promover a regeneração degradada dos centros antigos (Plano do Raval);
- Apropriação de espaços vazios ou trabalhos de infra-estruturas viárias para criar avenidas de qualidade na periferia (Via Júlia, Rambla de Prim, Ronda del Mig);
- Reabilitação dos pátios interiores dos blocos da cidade como espaços públicos (Distrito de Enxample);
- Criação de espaços públicos como as operações comerciais privadas (Centro Comercial Maremagnum);
- Criação de parques urbanos e passeios, conversão e reabilitação dos portos e zonas férreas que não funcionam (sea front, Estação do Nord, Joan Miro/Escorxador Park).

Havia uma intenção de continuidade demonstrada nas intenções de intervenção. A ideia de contínuo urbano esteve presente em muitas propostas urbanísticas de escala intermédia, como nos planos especiais de reforma interior. Contudo, essa continuidade hoje é difícil de visualizar.

Neste período, a concepção de intervenção ao nível de espaço público ganha novos contornos. O elemento vegetal, que anteriormente estava circunscrito aos parques, toma uma nova dimensão, e começa a aparecer em outros locais. Entre os factores que explicam esta evolução, está fundamentalmente a consolidação da rede de lugares cívicos.

A escassez de espaço público organizado havia motivado um primeiro momento que os novos lugares conseguissem assumir uma intensidade muito superior àquela para a qual teriam capacidade. Os poucos metros quadrados urbanizados haviam de suportar todo o tipo de feiras, mostras, festas e manifestações que impossibilitavam determinados tratamentos. A existência de um maior número de espaços capazes de assumir aquelas actividades permitia que alguns dos novos espaços podiam adquirir um outro carácter.

Segundo Cáceres & Ferrer (1993), era importante definir um plano de espaços públicos de Barcelona, sobretudo num momento em que a construção dos cinturões modificaria a funcionalidade viária de muitas vias urbanas. Segundo o autor, desenvolver o Plano de espaços públicos, comportaria aprofundar a definição do sistema de espaços públicos básicos da cidade, estabelecendo prioridades de acordo com o seu papel estruturador e a sua eficácia social. Cáceres & Ferrer (1993) aponta algumas linhas de trabalho para a definição de um plano de espaços públicos para Barcelona:

1. Análise da situação actual dos espaços públicos. O seu papel local, urbano ou metropolitano;
2. Propostas para completar os sistemas de espaços públicos iniciais: frente marítima e o seu papel urbano e metropolitano; os espaços de Sant Martí a Poble Nou e o seu papel de ligação com Sant Adrià de Besòs; a Diagonal;

3. Propostas para os espaços-limite entre bairros ou distritos: a Sagrera (Sant Andreu/Sant Martí); a Ciutadella (Ciutat Vella/Sant Martí);
4. Propostas para os espaços limite intermunicipais: Barcelona-Sant Adrià; Barcelona (Ciutat Meridiana/Vallbona) – Montcada i Reixac; Barcelona – eix del Besòs (Montcada, Santa Coloma de Gramenet, Sant Adrià);
5. Acessibilidade urbana aos parques na montanha (Montjuic, Três Turons, Collserola);
6. Continuação da política de reurbanização de polígonos;
7. Redefinição de novas secções de ruas e avenidas com a capacidade de estruturar o sistema de espaços públicos o de aumentar o seu papel de passeio público e relação urbana;
8. Definição teórica do conceito de corredores verdes como o elemento estruturante da política de espaços públicos. Plano de propostas;
9. Definição de alguns critérios de desenho dos espaços públicos à escala da cidade e de determinadas áreas.

Hoje em dia, a situação dos espaços públicos, aparece submetida a um nível de competência desmesurado: entre pessoas, hábitos, usos, etc. Crescem em intensidade e heterogeneidade, as negociações são permanentes, implícitas e explícitas e com dificuldades de governação, o que mostram traços comuns com outras realidades urbanas.

Isso está patente na produção do espaço público na cidade, que apesar de ter aumentando significativamente como podemos ver na figura 3.13, apresenta algumas deficiências na sua linguagem projectual e incertezas na sua afirmação.

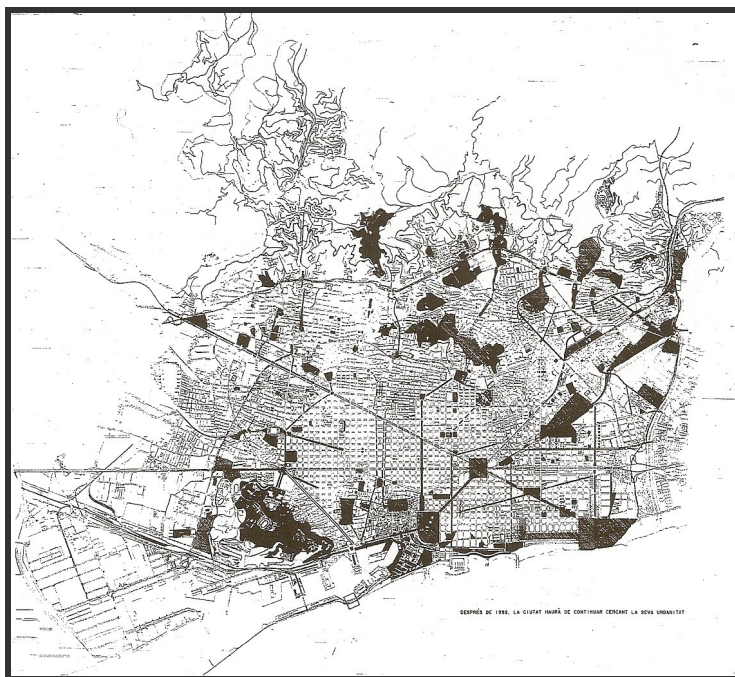


Figura 3.13 – Plano dos espaços públicos de Barcelona depois de 1992.

Fonte: CÁCERES, Rafael de; FERRER, Montserrat (1993). *Barcelona – espai públic*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.